



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e opressões no capitalismo

Relações sociais de gênero, raça e classe no pós-abolição: a herança escravista na formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil

Havana Maria Ribeiro Alves¹

Julia Victoria Almeida Campos Alves²

Maria Izadora de Sá Santos³

Ana Beatriz Santos de Araujo⁴

Resumo: O presente artigo, de teor eminentemente teórico, tem como objetivo investigar de que forma as relações sociais de gênero, raça e classe, no contexto pós-abolição, estruturaram a formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil. Para tanto, analisa papel do escravismo colonial brasileiro nas desigualdades de raça, gênero e de classe, relacionando a herança colonial com a formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil. De natureza qualitativa, este artigo realizou-se mediante pesquisa bibliográfica. Os resultados indicam que a formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil está profundamente vinculada à herança do escravismo colonial, articulando raça, gênero e classe na constituição do capitalismo dependente brasileiro.

Palavras-chave: escravismo colonial; gênero; raça; classe; capitalismo dependente.

Social relations of gender, race, and class in the post-abolition period: the slaveholding legacy in the formation of the wage labor market in Brazil

Abstract: This article, which is predominantly theoretical in nature, aims to investigate how the social relations of gender, race, and class, in the post-abolition context, structured the formation of the wage labor market in Brazil. To this end, it analyzes the role of Brazilian colonial slavery in shaping racial, gender, and class inequalities, relating the colonial legacy to the formation of the wage labor market in Brazil. Qualitative in nature, this article was developed through bibliographic research. The results indicate that the formation of the wage labor market in Brazil is deeply connected to the legacy of colonial slavery, articulating race, gender, and class in the constitution of Brazilian dependent capitalism.

Keywords: Colonial slavery; gender; race; class; dependent capitalism.

¹ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Serviço Social (NEPMASS). E-mail: havanaribeiro@academico.ufs.br

² Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Serviço Social (NEPMASS). E-mail: juliavictoria.joc@gmail.com

³ Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Serviço Social (NEPMASS). E-mail: saizadora790@gmail.com

⁴ Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Marxismo e Serviço Social (NEPMASS). E-mail: araujobeatriz26@gmail.com

1. Introdução

A formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil não pode ser compreendida dissociada das determinações de classe, raça e gênero que conformam a sociabilidade capitalista brasileira. Desde suas origens, o desenvolvimento do capitalismo dependente no neste país esteve assentado na superexploração de negros(as), mulheres e indígenas, bem como na divisão sexual e racial do trabalho, produzindo formas particulares de superexploração e desigualdade social.

Partimos do pressuposto, em consonância com as análises de Moura (2020), que o escravismo tardio descamba no capitalismo dependente. Dito de outro modo: o declínio do processo de escravização articula-se dialeticamente com o capitalismo de caráter dependente, marcado pela superexploração da força de trabalho⁵. Essa transição ocorre nos marcos do escravismo tardio, em meados do século XIX e constitui-se em elemento central para a compreensão da particularidade da formação social brasileira e das bases históricas da “questão social” no país.

Nesse sentido, este estudo parte da seguinte inquietação: de que maneira as relações sociais de gênero, raça e classe contribuíram para a formação de um mercado de trabalho assalariado marcado pela permanência das desigualdades herdadas do escravismo no Brasil? Essa indagação reflete preocupações teóricas, políticas e ideológicas que permeiam o processo de produção de conhecimento, a formação em Serviço Social e a intervenção profissional do(a) assistente social, uma vez que a forma com que se apreende a realidade direciona a intervenção profissional.

Com essa projeção, este artigo objetiva investigar de que forma as relações sociais de gênero, raça e classe, no contexto pós-abolição, estruturaram a formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil. Deste objetivo, desdobram-se, especificamente, outros dois, são eles: a) Investigar o papel do escravismo colonial brasileiro nas desigualdades de raça, gênero e de classe; b) relacionar a herança escravista colonial com a formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil, evidenciando as desigualdades de classe, raça e gênero.

⁵ “A transferência de parte do valor produzido no Brasil para os países centrais induz as classes dominantes a compensar a perda do excedente lançando mão de uma forma particular de exploração da força de trabalho internamente” (Pereira, 2026, p. 106). Essa forma particular de exploração da força de trabalho, Ruy Mauro Marini denominou de superexploração.

Nesse sentido, de maneira a responder a nosso problema de pesquisa e contemplar os objetivos propostos, definiu-se a utilização do método materialista histórico dialético, que pressupõe uma revisão e uma reflexão crítica de toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Como procedimento metodológico utilizou-se a pesquisa bibliográfica⁶.

O artigo divide-se em dois momentos inter-relacionados, expostos nos seguintes itens: i) colonização, escravismo colonial e as desigualdades de raça, gênero e classe no Brasil; ii) a herança escravista na formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil: articulação entre gênero, raça e classe. A forma de exposição dos itens aporta-se no método materialista dialético, uma vez que as categorias de análise se articulam dialeticamente.

2. Colonização, escravismo colonial e as desigualdades de raça, gênero e classe no Brasil

Este item analisa como a colonização e o escravismo colonial contribuíram para a constituição e a reprodução das desigualdades de raça, gênero e classe no Brasil, que se manifestam na sociedade atual mesmo após a formal abolição da escravização em 1888. A melhor compreensão desse processo requer dar ênfase ao período que Clóvis Moura denominou de *escravismo tardio*, “o período no qual o escravismo entra em crise progressiva” (Moura, 2020, p. 75). Este período condensa acontecimentos da formação sócio-histórica brasileira que, ainda nos dias atuais, refletem na atual conjuntura da sociedade brasileira. A nosso ver, sem mobilizar esse recurso teórico, não é possível compreender o processo de formação da classe trabalhadora assalariada no Brasil - entenderemos o porquê mais adiante.

Neste momento, é importante destacar que o Brasil viveu mais de três séculos de escravização de indígenas e negros(as), que conformou as bases econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira no período colonial e imperial⁷, sendo a última nação

⁶ Gil (1987) classifica pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa “desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (1987, p. 71), ou seja, materiais submetidos tratamento e revisões.

⁷ Moura (2020), expõe sobre a continuidade das estruturas socioeconômicas do Brasil, mesmo após eventos marcantes: “A chegada de Dom João VI, bem como a proclamação da Independência não alteraram a estrutura social e econômica do Brasil, que continuou repondo satisfatoriamente o seu plantel de escravos e produzindo, do mesmo modo, aquelas matérias para o mercado externo, agora mais diversificado e complexo. Pelo contrário, consolidou-se” (Moura, 2020. p. 76).

das Américas a abolir a escravização. A escravização, no entender de Eric Willians, participa da gênese da acumulação capitalista na Europa, uma vez que a escravização e o tráfico transatlântico são fornecedores do capital e do trabalho que financiaram a Revolução Industrial (Willians, 2012).

O modo de produção escravista atribui aos corpos negros uma particularidade: além força produtiva, esses corpos também são considerados como mercadoria. Diferentemente do trabalhador assalariado e livre, que vende a força de trabalho, os escravizados são mercantilizados, tornando-se propriedade privada e inserindo-se no processo de acumulação por meio de compra e venda de seus corpos.

Assim, o escravizado circulava como mercadoria idêntica àquela a qual ele próprio produzia. E é nesse nível de relações econômicas que o escravizado é socialmente coisificado. Isto porque para ele não havia nenhum contrato, mas a posse absoluta do seu corpo como propriedade pessoal. Todo o trabalho produzido por ele durante o decurso da sua vida não lhe pertencia. Nada revertia posteriormente para ele (Moura, 2020, p. 76).

No capítulo XXIII de *O Capital*, Marx analisa a assim chamada *acumulação primitiva de capital* na Europa caracterizando-a como a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde e, na esteira desse processo, evidencia o caráter violento dos processos de formação do capitalismo. Nas palavras do autor:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco (Marx, 2013, p. 821).

De acordo com a análise de Marx (2013) na referida obra, no modo de produção capitalista o(a) trabalhador(a) vende sua força de trabalho como mercadoria a quem detém os meios de produção e é remunerado por meio do salário, como forma de garantir sua subsistência. Este, por sua vez, corresponde ao valor de reprodução de sua força de trabalho, sendo o excedente disso a mais-valia. Enquanto a Europa avançava na acumulação de capital e na consolidação do modo de produção capitalista em seu território, o Brasil manteve o modelo escravista até o final do século XIX.

Contudo, é fundamental considerar que “[...] a classe dominante [brasileira] não esperou a assinatura da Lei Áurea para iniciar a exploração da força de trabalho assalariada” (Mara; Bezerra, 2021, p. 119). No entendimento dos autores, durante a segunda metade do século XIX, período em grande parte marcado pelo escravismo tardio, a produção de mercadorias na economia nacional baseava-se tanto no trabalho escravizado quanto no trabalho livre. Nesse processo, impõe-se uma outra forma de exploração: o assalariamento da força de trabalho. Chama a atenção que, nesse período (entre o escravismo tardio e a construção da República) fomentou-se a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, o que significa que, no pós-abolição, a população ex-escravizada foi preterida em favor do imigrante europeu. Sobre esse aspecto, convém destacar a formação de um “exército industrial de reserva” que “[...] antes mesmo do período de industrialização no século XX constituía as condições ideais para intensificação da exploração do trabalho, elemento central na conformação do capitalismo dependente.” (Mara; Bezerra, 2021, p. 120). Exatamente por isso, não é possível dissociar a luta de classes e a questão social no Brasil das questões racial e de gênero, conforme veremos a seguir.

O modo de produção capitalista pressupõe a generalização do trabalho livre. Dessa forma, como síntese da resposta ao objetivo específico deste estudo, temos que a constituição do trabalho livre no Brasil ocorreu de forma excludente e desigual, não rompendo com as estruturas herdadas do escravismo, de maneira que o sistema se reorganiza de modo funcional a acumulação dependente, preservando a superexploração do trabalho como mecanismo central de dominação, pois:

[...] se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, de outro lado, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. (...) e, em pleno final do século XIX, quando um avanço tecnológico, científico e econômico revolucionava as relações sociais nos principais países da Europa e nos Estados Unidos, com repercussão na área, esses novos recursos tecnológicos e científicos eram aplicados em um país ainda escravista. Esta particularidade, a nosso ver, é a linha central que deve ser observada ao analisar-se a última parte do escravismo brasileiro, os conflitos emergentes, e a forma compromissada como a Abolição foi feita e as sequelas consequentes que perduram até hoje (Moura, 2020, p. 82 - 83).

Outrossim, a não ruptura efetiva com os moldes do modelo anterior mostra que a burguesia brasileira não possui um caráter emancipatório ou revolucionário. Dessa forma, composta por oligarquias, assumiu o compromisso de se utilizar do racismo e do patriarcado para precarizar as relações de trabalho, legitimando isso segundo os interesses do capital. Assim, diante da lógica capitalista, a precarização das condições de existência não representa uma disfunção do sistema, mas um elemento constitutivo do seu desenvolvimento. Por isso:

A análise do racismo, ao longo dos processos que conformaram a constituição e o desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro [...] não deixa dúvida de que o racismo, ao se articular às determinações da sociabilidade do capital, traz em si determinações contundentes, com consequências incisivas na vida da classe trabalhadora negra. (Martins, 2014, p. 121)

Como vimos, o trabalho escravizado foi fundamental para a produção de riqueza e, conseqüentemente, para a acumulação primitiva do capital, inserindo o Brasil de forma dependente no mercado mundial. Nesse contexto, destaca-se também o papel das mulheres, uma vez que “[...] a perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras. (Federice, 2017, p. 16).

Além disso, as mulheres estão historicamente vinculadas a funções de cuidado, manutenção da vida e reprodução da força de trabalho. Saffioti analisa que:

Na medida em que a exploração econômica da escrava, consideravelmente mais elevada que a do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho, se fazia também através de seu sexo, a mulher escrava se constituía no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida [...] (Saffioti, 1976, p. 165).

Isto é, cabia às mulheres assegurar a alimentação, a organização do espaço doméstico e a continuidade da força de trabalho. Essas atribuições invisibilizadas recaem majoritariamente sobre as mulheres negras, que ainda possuíam tarefas de trabalho manual e eram submetidas à violência sexual e outras atrocidades. Assim, evidencia-se que esse papel não é natural, mas socialmente construído e funcional à lógica da sociedade, de modo que essas situações são utilizadas para a sustentação do sistema, garantindo a reprodução dos indivíduos e das relações sociais, perpetuadas através de novas faces até a atualidade.

Saffioti (1976) ao analisar a mulher na sociedade de classes, utiliza o materialismo histórico dialético para analisar as opressões de gênero que para ela são estruturantes do próprio modo de produção vigente. Na obra supracitada, a autora expressa como a mulher é categoria chave para o desenvolvimento capitalista e composição do exército industrial de reserva, sendo peça fundamental do sistema capitalista e na produção e reprodução da força de trabalho necessária à manutenção do sistema.

As opressões sofridas pelas mulheres, no entender da autora, estão imbricadas como um “nó”, configurado pelo entrelaçamento entre classe, raça e gênero. Nessa perspectiva, as mulheres negras estão na base da pirâmide social brasileira, enfrentando diversas expressões da questão social em seu cotidiano.

No capítulo que trata da posição da mulher na ordem escravocrata, Saffioti (1976) afirma que as mulheres negras eram submetidas a diversas formas de exploração e violência das quais as mulheres brancas não eram alvo nas mesmas condições. Nesse sentido, convém destacar que a mulher negra foi historicamente vista não apenas como força de trabalho, mas também como instrumento de reprodução, tendo seu corpo desumanizado, sexualizado, objetificado e constantemente violentado. Além da exploração do trabalho, essas mulheres eram forçadas a manter relações sexuais com seus senhores e a exercer funções de cuidado, como amamentar, cuidar dos filhos das mulheres brancas.

3. A herança escravista na formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil: articulação entre gênero, raça e classe

A priori, a exploração do trabalho no Brasil não pode ser compreendida apenas a partir da categoria classe, como se as desigualdades históricas e sociais se colocassem de forma homogênea para a classe trabalhadora. Nesse contexto, a formação sócio-histórica brasileira foi estruturada sobre bases escravocratas, patriarcais e raciais que deixaram marcas profundas na organização do mercado de trabalho e nas formas de inserção da força de trabalho assalariado até os dias atuais.

Em nossa análise, verificamos que o racismo constitui uma importante chave analítica para a compreensão do mercado de trabalho no Brasil. Os capitalistas agrários e industriais formaram um “exército de reserva” por meio da imigração europeia e asiática nas regiões de maior dinamismo econômico, transformando a população negra

em uma “reserva da reserva”. No entender de Gorender (2016, p. 223) “classificar as pessoas segundo cor tem sido vantajoso ao funcionamento do capitalismo, pois mantém a reserva de segunda linha dos discriminados, sempre disponível para o trabalho em troca de salários rebaixados.”

No imediato pós-abolição,

[...] outros mecanismos de barragem e hierarquização étnica foram acionados e dinamizados [...] Isto levou a que o cidadão negro – o ex-escravo – não encontrasse oportunidade no mercado de trabalho, na interação social global, tendo um espaço social no qual lhe permitiam uma circulação restrita de tal forma que sua personalidade, sem conseguir criar mecanismos de defesa contra tal situação, se deformou pela ansiedade cotidiana que dele se apoderou desde quando saiu da casa e especialmente quando reivindicou cargos ou funções que a ele, por práticas sub-reptícias e não mais visíveis, não foram permitidos socialmente. Com o princípio de que todos são iguais perante a Lei, os mecanismos de barragem étnica se refinaram, sofisticaram-se e ficaram invisíveis, tem-se a impressão de que o seu achatamento social, econômico e cultural é uma decorrência das suas próprias insuficiências individuais ou grupais (Moura, 2020, p. 210 - 211).

A classe trabalhadora no Brasil resulta de um processo histórico marcado pela colonização, pelo tráfico negreiro, pela escravização de povos indígenas e da população negra e pela imigração, elementos que se articulam na conformação da formação socioeconômica do país. Ao mesmo tempo, a divisão sexual do trabalho atribuiu às mulheres, especialmente às mulheres negras, posições marcadas pela desvalorização, pela informalidade e pela intensificação da exploração da força de trabalho. Desse modo, gênero, raça e classe não podem aparecer como dimensões isoladas da vida social, mas sim como eixos que se articulam, produzindo diferentes níveis de precarização, invisibilidade e exploração.

Compreender essa articulação é fundamental para analisar como o capitalismo brasileiro renova as desigualdades históricas e mantém determinados grupos sociais, especialmente mulheres e a população negra, nas posições mais vulneráveis da estrutura produtiva.

Na obra *O Calibã e a bruxa*, Silvia Federici (2017), informa que o surgimento do capitalismo não se deu apenas pela exploração do trabalho assalariado, mas por uma profunda reorganização da reprodução da vida. Desse modo, para que o novo sistema econômico funcionasse, foi necessário manter as mulheres no trabalho doméstico e no trabalho de cuidado, atividades que consideradas essenciais para a manutenção da força de trabalho, mas que passaram a ser invisibilizadas e não remuneradas.

Ao observar a realidade brasileira, essa análise apresenta algumas particularidades. Enquanto em outros países as mulheres foram afastadas do trabalho produtivo para se dedicar à reprodução da vida no espaço doméstico, no Brasil a escravidão fez com que mulheres negras ocupassem simultaneamente o trabalho produtivo e o reprodutivo. Elas trabalhavam nas lavouras, nas casas senhoriais, no cuidado dos filhos dos senhores e na manutenção da vida cotidiana. Essa dupla exploração deixou marcas que permanecem visíveis na atual concentração de mulheres negras em atividades como o trabalho doméstico, o trabalho de cuidado e os serviços informais, funções socialmente desvalorizadas por estarem majoritariamente e historicamente associadas a corpos negros femininos.

Gonzalez (2018) reforça essa especificidade ao afirmar que não é possível analisar a condição das mulheres no mercado de trabalho sem considerar a dimensão racial, tendo em vista que, a mulher negra ocupa um lugar singular na estrutura social brasileira. Logo, a linha entre o espaço doméstico e o mundo do trabalho, para essas mulheres, sempre foi tênue, revelando como o racismo e sexismo se combinam. (Gonzalez, 2018, p. 180).

Além disso, essa articulação revela que a própria experiência de classe é vivida de maneira diferente conforme o gênero e a raça. Mulheres negras não apenas pertencem à classe trabalhadora, mas ocupam a base mais vulnerável dessa estrutura, onde se concentram os menores salários, a ausência de direitos trabalhistas, a sobrecarga e a invisibilidade social. Essa condição é resultado de um processo histórico que utilizou o racismo e o patriarcado como instrumentos para intensificar a exploração econômica.

Sabe-se que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra, sem função expressiva. (Moura, 2020, p. 149).

É importante também concentrar a atenção para o fato de que o racismo produz uma fragmentação interna na própria classe trabalhadora. O trabalhador branco pobre, igualmente explorado, passa a se perceber como socialmente superior ao trabalhador negro, não por sua condição econômica, mas pela cor da pele. Essa percepção, alimentada historicamente pela ideologia racial brasileira, dificulta a construção de uma consciência de classe unificada, pois introduz um critério racial que fragmenta os explorados e

impede que reconheçam seus interesses comuns. Assim, o racismo cumpre uma dupla função: mantém a população negra nos piores lugares do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, enfraquece a união entre esses trabalhadores.

Dessa forma, torna-se evidente que o mercado de trabalho brasileiro se estrutura apoiando-se em desigualdades historicamente construídas. Nesse viés, não se trata de compreender gênero, raça e classe como categorias independentes ou “recortes” de análise, mas de entender que a superexploração do trabalho no Brasil contemporâneo ocorre principalmente por meio da combinação dessas dimensões. A permanência dessa realidade demonstra que a exploração da força de trabalho continua sendo sustentada pela naturalização de hierarquias raciais e de gênero que barateiam o custo do trabalho e tornam determinadas vidas mais disponíveis à exploração.

O desemprego, a informalidade, o trabalho doméstico e os serviços de cuidado continuam sendo espaços marcados pela herança escravocrata e patriarcal. Dados levantados por Paixão e Carvano (2008, p. 97), indicam que entre 1995 a 2006, na condição de assalariados com carteira assinada, 36,8% eram brancos(as) e 28,5% eram pretos(as) e pardos(as). Enquanto os homens brancos chegavam a 33%, as mulheres pretas e pardas totalizavam 22%. Contudo, com base no mesmo levantamento, os autores afirmam que no emprego assalariado sem carteira assinada, os homens pretos e pardos chegavam a 25,2% e os brancos a 17,2%. As mulheres, as pretas e pardas perfaziam um percentual ligeiramente superior.

Enquanto trabalhadores brancos, sobretudo os homens, concentram maiores índices de empregos formais e protegidos por direitos trabalhistas, negros(as) e mulheres, especialmente as mulheres negras, permanecem mais presentes em ocupações precárias, informais e desvalorizadas socialmente.

À vista disso, os dados corroboram as análises de que o mercado de trabalho brasileiro permanece profundamente atravessado por desigualdades raciais e de gênero herdadas do período escravocrata e reforçadas pela estrutura patriarcal da sociedade.

4. Considerações Finais

Ao investigar o papel do escravismo colonial brasileiro nas desigualdades de raça, gênero e classe, foi possível compreender que a abolição no Brasil não possuiu caráter revolucionário, mas constituiu um ajuste necessário para preservar as bases da classe dominante por meio de uma *modernização conservadora*. Nesse processo, o capitalismo dependente incorporou mecanismos de exploração/opressão já presentes no escravismo, a saber: o racismo e do patriarcado.

Ao relacionar a herança colonial com a formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil, identificamos que as desigualdades de raça, gênero e classe são funcionais à lógica de reprodução do capitalismo dependente.

Mesmo após a substituição do trabalho escravizado pelo trabalho livre, a população negra e, sobretudo, as mulheres negras, permaneceram excluídas do acesso ao trabalho formal, compondo um “exército de reserva” destinado aos trabalhos mais precarizados e menos valorizados do mercado. Nesse sentido, o racismo atua como instrumento de barateamento da força de trabalho, fragmentando a classe trabalhadora e dificultando a unidade entre os explorados.

Por fim, ao analisar a herança escravista na formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil, evidenciamos que o prolongado processo de escravização e a apropriação do patriarcado conformaram uma classe trabalhadora distinta daquela constituída nos países de capitalismo central. O padrão de acumulação do capitalismo dependente reproduz, mediante a superexploração da força de trabalho, as marcas dessas formas de exploração/opressão até os dias atuais.

Referências

ARRUZZA, Cinzia. **O que é a teoria da reprodução social?** Revista Outubro, n.32, 1º semestre de 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um Manifesto**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência. Volume I**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar.

MARA, Eduardo; BEZERRA, Lucas. **A busca como medida: a questão social na formação social brasileira**. *Temporais*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 110-125, jul./dez. 2021.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Força de trabalho feminina**. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petropolis: editora Vozes, 1976. p. 233-254

SAFFIOTI, Heleieth. **Posição social da mulher na ordem escravocrata-senhorial e suas sobrevivências na sociedade atual**. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petropolis: editora Vozes, 1976.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira**. *Temporais*, Brasília, DF, ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007 - 2008**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PEREIRA, Eveline Medeiros. **A questão regional e os fundamentos da questão social no Brasil**. In: MAURIEL, Ana Paula; TEIXEIRA, Leile; BRETTAS, Tatiana (orgs.). *Questão social e Estado no Brasil (1850–1930): origens históricas e fundamentos teóricos*. Marília: Lutas Anticapital, 2026.